



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]
[REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 222/2016

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, solicitando acesso a notas fiscais.
2. Em resposta a Secretaria informou que a aquisição de bens e serviços se dá de forma descentralizada, nas Unidades Gestoras Executoras - UGE, de modo que seria necessário contato com cada uma delas. Em grau recursal manteve-se a decisão anterior. Insatisfeito, o interessado interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em primeiro lugar, assinala-se que os processos de compras governamentais, a partir dos quais são emitidas as notas fiscais requeridas, são públicos, inexistindo no caso em tela qualquer questionamento quanto à existência ou publicidade das informações desejadas. A controvérsia cinge-se, portanto, apenas à forma de disponibilização dos dados solicitados: a Secretaria orienta o interessado a buscar as UGEs, este insiste no acesso às informações por meio do Serviço de Informações ao Cidadão da Pasta.
4. De acordo com a sistemática do Decreto nº 58.052/2012, que regulamentou a Lei de Acesso à Informação, toda unidade administrativa do Governo do Estado de São Paulo deve ter um Serviço de Informações ao Cidadão correspondente. É o que se depreende do artigo 7º do Decreto, que determinou a criação de Serviços de Informações ao Cidadão em “todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual”. Naturalmente, a organização de cada SIC admite certa discricionariedade, conforme a realidade administrativa e as peculiaridades de cada estrutura estatal. Por esse motivo, há órgãos nos quais apenas um SIC responde de forma centralizada por todas as solicitações referentes às unidades vinculadas, sendo que, em outros, optou-se por um modelo descentralizado, com diversos SICs integrando uma rede de atendimento.
5. No caso em tela, o Serviço de Informações ao Cidadão da Secretaria da Saúde orientou o interessado a buscar as informações junto às diversas Unidades Gestoras Executoras que integram o órgão, fornecendo uma lista das mesmas. No entanto,


3



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

- como diversas dessas UGEs não possuem SIC autônomo, a responsabilidade pelo atendimento dos pedidos de acesso, conforme a sistemática do Decreto, é do SIC ao qual a unidade está vinculada. Assim, ao orientar o cidadão a solicitar as informações diretamente às UGEs, o SIC tentou desvencilhar-se de tarefa que lhe é precípua, qual seja a intermediação entre o interessado e a unidade detentora da informação no âmbito da Pasta.
6. Nesse contexto, imprescindível que o SIC faça uso de suas atribuições no sentido de viabilizar o acesso do interessado às notas fiscais solicitadas, ao menos em relação às UGEs que não dispõem de serviço próprio de informações. A decisão quanto à melhor maneira de fazê-lo, por certo, cabe somente ao órgão, seja orientando as unidades a disponibilizar os documentos para consulta presencial, seja solicitando a remessa das informações ao SIC ou ainda por outro meio considerado adequado.
 7. Registre-se, na oportunidade, haver hipótese aventada pelo próprio interessado, como caminho alternativo para obtenção das informações, qual seja requerimento da Secretaria da Saúde dirigido à da Fazenda, a qual poderia extrair as informações almejadas de suas bases de dados. Questionada quanto à viabilidade e conveniência de se adotar o caminho sugerido pelo interessado, a Pasta não se manifestou (fls. 16/17).
 8. Ante o exposto, considerando o não atendimento da demanda até o presente momento, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 7º e 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo a Secretaria, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei.
 9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 9 de agosto de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO